



Luanda - Quinta-feira, 9 de Julho de 2009 7:59

Indique este Site | Adicionar aos Favoritos | Sua Página Inicial

Página Inicial

Notícias

Minuto a Minuto

África

Ambiente

Ciência e Tecnologia

Desporto

Economia

Educação

Internacional

Lazer e Cultura

Política

Províncias

Reconstrução Nacional

Saúde

Sociedade

Transporte

Turismo

Informações

MCS

Sobre a Angop

Angola

Investimentos em

Angola

Artigos

Especiais

Discursos dos

Presidentes

Galeria de Fotos

Efemérides

Utilidade Pública

Serviços

Busca

Anuncie na Angop

Fale Connosco

RSS



07-07-2009 19:52

Cabo Verde/CPLP

Reforço da independência é essencial, defende regulador de Cabo Verde

Praia, - O presidente da Agência de Regulação Económica (ARE) de Cabo Verde defendeu hoje (terça-feira) o reforço da independência das agências reguladoras face ao poder político, considerando-o um factor "essencial" na actividade do sector.

À margem da sessão de abertura da II Conferência da Associação dos Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RELOP), que decorre hoje e quarta-feira na Cidade da Praia, Renato Lima sublinhou a necessidade de se proceder a um estudo que analise "as eventuais fraquezas do relacionamento das agências com as entidades governamentais".

"Há necessidade da elaboração de um estudo que analise as eventuais fraquezas do relacionamento das agências com as entidades governamentais para reforçar a questão das independências.

Com os actuais paradigmas económicos, a actividade reguladora terá de ser seguramente independente, sob pena de ser capturada", sustentou.

"Essa captura pode acontecer dos dois lados, das entidades governamentais e das reguladoras, pelo que o reforço da independência é de facto essencial na actividade da regulação", acrescentou Renato Lima.

Defendendo que quanto melhor forem as actividades de regulação, mais benefícios haverá para os consumidores, empresas e investidores externos, Renato Lima admitiu que, em Cabo Verde, há, no sector, "um enquadramento institucional muito forte", porventura "até um pouco mais evoluído do que outros países".

"Mas é preciso dar sinais de que essa independência é efectiva. É nessa perspectiva que contamos aprender e aperfeiçoar os nossos sistemas com as agências brasileiras e portuguesa, presentes na conferência", explicou.

Por seu lado, Deolindo Costa, director da Agência Geral de Regulação (AGER) de São Tomé e Príncipe, entidade cuja adesão foi concretizada segunda-feira na Assembleia-Geral da RELOP, sublinhou a importância da actividade reguladora no arquipélago são-tomense que, no seu entender, irá permitir resolver alguns dos problemas de energia eléctrica.

"A adesão da AGER à RELOP, vai trazer a experiência de outras reguladoras existentes e trará benefícios ao país, uma vez que os graves problemas energéticos em São Tomé e Príncipe podem ser uma das consequências de regulação", afirmou.

Questionado sobre as recentes declarações do primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Rafael Branco, que admitiu que o governo falhou na implementação da política energética, Deolindo Costa desdramatizou-as, afirmando tratar-se de um problema "complexo", razão pela qual "há apenas um atraso".

"Há apenas algum atraso, é um problema complexo. Ao longo do percurso há sempre obstáculos dificuldades, é absolutamente natural que haja algum atraso", afirmou.

Outro país que viu aprovada a adesão à RELOP foi Moçambique, cujo director do Conselho Nacional de Electricidade (CNELEC), Guilherme Mavila, adiantou que o país ainda não dispõe de uma reguladora no sector eléctrico e das energias, estando em curso a respectiva formalização, o que deverá acontecer ainda este ano.

"Temos oito reguladores noutras áreas - comunicações, aviação civil e transportes, etc, embora a reguladora tenha sido criada em 1997, só em 2008 oficializou um órgão de consulta do governo, que passará a regulador de facto em 2010", afirmou.

O director da CNELCEL, entidade cuja adesão estava prevista apenas com o estatuto de observador, admitiu que a nova lei permitirá uma maior independência do poder central, mas sublinhou que irá ajudar "bastante" o projecto, em curso, de extensão da electrificação às zonas rurais de Moçambique.

"Temos um problema que é a electrificação rural. Estamos a expandir paulatinamente a electricidade às localidades rurais", explicou, justificando que o problema de Moçambique não é a falta de energia, pois conta com a Barragem de Cahora Bassa, que fornece energia ao país e a Estados vizinhos.

Últimas Notícias

1:31 - Condições meteorológicas poderão perturbar visita de Obama

1:28 - Ministro da Defesa demite-se do Governo

1:25 - Referendo constitucional marcado para 4 de Agosto

1:22 - Oito países convidados para cimeira do G8 na Itália

1:18 - País à beira de uma crise diplomática com a Indonésia

0:51 - Candidato às presidenciais promete erradicar terrorismo no país

0:44 - Ex-Presidente tswanês critica manutenção no poder em África

0:44 - País analisa possibilidades de iniciar consultas políticas com UE

0:22 - Prémio Houphouët-Boigny entregue a Presidente brasileiro

0:16 - Presidente apela à ajuda internacional para Guiné-Bissau



No Portal AngolaPress você encontra notícias actualizadas, minuto a minuto, em 4 formatos diferentes:

 Imprimir  Indicar

© 1997 - 2008 Angop. Todos os direitos reservados.